

Maria Luiza Trostli
de Oliveira Marques

POBREZA MENSTRUAL

Uma análise sob o prisma do
Direito Constitucional Brasileiro

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025

Sumário

Introdução	1
1. A Construção Histórica dos Direitos Humanos da Mulher: Análise das Ondas do Feminismo e a Influência da Pós-Modernidade no Sujeito Titular de Direitos	5
1.1. A construção do Homem Universal titular de direitos	6
1.2. A pós-modernidade e a fragmentação da universalidade do sujeito..	10
1.3. As ondas do feminismo e o processo de especificação da mulher enquanto sujeito de direitos.....	16
1.3.1. O estopim do movimento feminista (1789-1848)	18
1.3.2. A primeira onda feminista (1848-1950).....	20
1.3.3. A segunda onda feminista (1949-1990)	22
1.3.4. A terceira onda feminista (1990-2010).....	25
1.3.5. Quarta onda do feminismo? (1990 -).....	28
1.4. Ativismo menstrual: investigações sobre o surgimento, a consolidação e internacionalização do movimento	31
1.4.1. Primeira fase: as discussões espiritualistas e a inclusão da menstruação como tema do ativismo feminista (1960-1980)	32
1.4.2. Segunda fase: as críticas à indústria dos cuidados femininos em decorrência da Síndrome no Choque Tóxico (1980-1990)	34
1.4.3. Terceira fase: a radicalização e internacionalização do Ativismo Menstrual (1990-).....	36
1.5. Da particularização do Homem Universal à importância do ativismo menstrual.....	40

2. A Questão Menstrual: Investigações sobre a Importância de Debater o Tema	45
2.1. A menstruação como fato biológico atrelado ao próprio corpo que menstrua	47
2.2. Formas modernas de manejo do período menstrual: os instrumentos utilizados para conter o sangue menstrual.....	50
2.3. A religião e a cultura como formadoras da noção da impureza menstrual	55
2.4. O corpo, a menstruação e as dinâmicas de poder em Michel Foucault.....	61
2.5. A pobreza menstrual como um problema multidimensional e como questão social.....	67
2.5.1. A saúde do corpo que menstrua, o saneamento básico e a pobreza menstrual.....	69
2.5.2. A questão menstrual no ambiente escolar despreparado para lidar com corpos menstruantes.....	72
2.5.3. Os impactos dos custos de gerir a menstruação no orçamento familiar de pessoas economicamente vulneráveis.....	76
3. Constitucionalismo Feminista: Pensar a Pobreza Menstrual sob o Prisma do Direito Constitucional Brasileiro	79
3.1. O novo constitucionalismo latino-americano: conceitos, aspectos relevantes e a influência do feminismo na positivação dos direitos da mulher na Constituição Federal Brasileira de 1988.....	80
3.1.1. Conceitos gerais e aspectos introdutórios	80
3.1.2. O novo paradigma constitucional latino-americano e a Constituição Federal de 1988.....	84
3.1.3. Os reflexos do movimento feminista na Constituição Federal Brasileira de 1988.....	88

3.2. Constitucionalismo feminista: uma proposta de hermenêutica constitucional.....	90
3.2.1. Os pilares dogmático fundamentais do constitucionalismo feminista apresentadas por Cristiane Oliveira Peter da Silva	98
3.2.2. A necessidade de considerar a perspectiva interseccional de Kimberlé Crenshaw para construção de uma dogmática constitucional feminista	102
3.2.3. Redistribuição x Reconhecimento – considerações sobre possibilidades de desenvolvimento de políticas sociais para combater injustiças sociais	104
3.3. A pobreza menstrual como violação à noção constitucional de dignidade humana dos corpos menstruantes.....	109
3.3.1. A compreensão de que a pobreza menstrual é uma forma de violação da dignidade humana.....	110
3.3.2. A pobreza menstrual como obstáculo para efetivação do princípio da igualdade.....	114
3.3.3. A pobreza menstrual como violação ao direito fundamental social à saúde	122
3.3.4. A precariedade de infraestrutura, saneamento básico, acesso à água e seus reflexos na pobreza menstrual.....	131
3.3.5. A educação escolar como ferramenta para desconstrução de tabus e estigmas relacionados ao corpo que menstrua.....	137
3.3.6. O agravamento da pobreza menstrual de famílias em vulnerabilidade econômica causado pela tributação sobre absorventes higiênicos	146
3.3.7. Interseccionalidade: a sobreposição de vulnerabilidades e o impacto perceptível sob a ótica da pobreza menstrual.....	151

4. Breves Considerações sobre as Políticas Públicas de Combate à Pobreza Menstrual	157
4.1. Iniciativas promovidas pelo poder público no combate à pobreza menstrual.....	159
4.1.1. Iniciativas em âmbito federal	159
4.1.2. Iniciativas promovidas em âmbito estadual e municipal ...	170
4.2. Atuação do terceiro setor no combate à pobreza menstrual	179
Considerações Finais.....	183
Referências.....	191
Lista de Abreviaturas e Siglas	227